



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 -Bairro Caminho das Árvores, Salvador,
Bahia, CEP 41.820-770

CNPJ: 38.593.706/0001-87

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis Individuais em 30 de Junho de 2025

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A., Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de Junho de 2025.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.
- Parecer dos Auditores Independentes;

A Diretoria da Multicred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591
Dados: 2025.09.26 17:21:15 -03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA REGIS, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

29 de agosto de 2025

PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591
Dados: 2025.09.26 17:22:39 -03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A **MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (MULTICRED SCD)** é uma sociedade de capital fechado com sede em Salvador (BA), primeira fintech baiana autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 07 de julho de 2020, constituída juridicamente junto a JUCEB em 18/09/2020, e possui como objeto social, a prática de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas, atuando com negócios de crédito pessoal e consignado, além de capital de giro, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

A Administração da **MULTICRED SCD**, em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

DESEMPENHO DO MERCADO

- **Salário-Mínimo:**

O aumento do salário-mínimo em 2025 ampliou a margem consignável para aposentados e pensionistas, aumentando o valor disponível para empréstimos.

- **Taxas de Juros:**

As taxas do crédito consignado variaram, com o teto para o INSS subindo para 1,85% ao mês em março de 2025, enquanto as ofertas gerais oscilavam entre 1,30% e 2,50% ao mês, dependendo do perfil do cliente e do volume da contratação.

- **Consignado CLT: (novos produtos)**



O lançamento do consignado CLT, que começou a ter seus descontos obrigatórios em folha em maio de 2025, teve impacto positivo no mercado, criando um “novo mercado” e gerando novas oportunidades de negócios. Em maio de 2025, matéria do jornal “O GLOBO” informava que o somente referido mercado movimentou R\$ 10,1 bilhões em empréstimos consignados para empregados com carteira assinada. O dado foi divulgado pelo Ministério do Trabalho na quarta-feira 07.05.2025 e apontava que cerca de 1,8 milhão de pessoas já contrataram a nova linha de crédito. Em julho a linha já alcançava R\$ 17 bilhões.

- **Comportamento do mercado no 1º semestre/2025**

Entre janeiro e junho de 2025, o desempenho do crédito consignado mostrou-se volátil, com a taxa de juros do consignado para trabalhadores do setor privado subindo para 3,79% em junho, enquanto as concessões do consignado do INSS, após quedas iniciais, voltaram a crescer 3% em junho, embora ainda abaixo do volume de abril, devido às medidas de segurança para combater fraudes. O início do ano também foi marcado pela ampliação do limite de empréstimo para trabalhadores formais e a retomada das operações após o aumento do salário-mínimo. O aumento da taxa básica de juros (Selic) no início do ano teve um impacto direto nas operações de crédito consignado, com muitos bancos suspendendo a oferta para trabalhadores do setor privado por inviabilidade econômica. A elevação da Selic também foi o fator que permitiu a volta do consignado para os trabalhadores do setor público, como servidores públicos e funcionários do INSS.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A MULTICRED SCD encerrou o exercício de 30 de junho de 2025 com 5.441 clientes com negócios realizados no semestre, com 8.690 operações de crédito contratadas, concentradas crédito consignado para pessoas físicas (servidores públicos estaduais e municipais), crédito pessoal, além de negócios com pessoas jurídicas.

Realizou no período, montante de R\$ 23 milhões em crédito concedido, tendo uma carteira que sempre apresentou excelente liquidez visto sua elevada pulverização, com ticket médio de R\$ 2,8 mil por operação.

Ainda neste semestre a **MULTICRED SCD** utilizou como estratégia de geração de caixa e melhor rotatividade de sua carteira, a cessão de operações para FIDC, mantendo ágio por carteira cedida na faixa de até R\$ 290 mil aproximadamente, o que propiciou resultado positivo de R\$ 288.578,57, considerados 05 meses com cessão



apenas. Desde o início de suas atividades em junho de 2021 a MULTICRED SCD já realizou 18.270 operações, com 9.834 clientes.

PERSPECTIVAS

As previsões indicam um crescimento contínuo, mas mais cauteloso, do crédito pessoa física no segundo semestre de 2025, impulsionado pela manutenção de juros elevados, mas ainda influenciado pela inadimplência. Bancos privados estão a adotar uma abordagem mais prudente, focando em linhas de crédito com maior segurança, a exemplo das linhas de consignado, e ajustando o seu apetite por risco para controlar a inadimplência.

Fatores que influenciam as previsões

- **Juros elevados:**

Com a taxa Selic em 15%, o cenário de crédito mais apertado leva os bancos a agirem com mais cautela, preferindo linhas com garantias.

- **Inadimplência:**

Apesar de potencial melhora, a inadimplência continua a ser um fator a observar, com o mercado a projetar um ligeiro aumento para 2025, o que exige maior prudência por parte das instituições financeiras.

- **Cenário macroeconômico:**

A evolução do cenário fiscal e dos indicadores econômicos gerais influencia a capacidade do crédito de crescer a dois dígitos.

Crescimento do crédito

- A projeção do Banco Central para o crédito às famílias foi elevada para 9,3% em 2025.
- A Febraban projetou um crescimento da carteira de crédito de pessoa física de 8,7% em junho de 2025, com expectativas mais altas que as pesquisas anteriores.



DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Demonstrações contábeis

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da MULTICRED SCD, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, autorizando sua emissão em 29 de agosto de 2025.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, diretores, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução da sociedade, e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária-



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025 (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, instituição individual, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 07 de julho de 2020, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018, iniciou suas atividades operacionais em 15 de junho de 2021. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado da Bahia ocorreu no dia 18/09/2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições financeiras ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.



A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 29 de agosto de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.



e) Operações de Crédito

As operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “pro rata” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Esta provisão será constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei



10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (nota explicativa nº 7).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO CMN 4966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às



instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado



Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:



- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.



5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição dos Títulos e Valores Mobiliários:

Títulos e Valores Mobiliários	<u>30/06/2025</u>
Carteira Própria	4.127
Cotas de Fundos de Investimentos	4.127

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo segue a composição das Operações de Crédito:

Operações de Crédito	<u>30/06/2025</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	4.913	0	4.913
Saldo Contratual	4.913	0	4.913
(-) RD - TJEO Diferenciada	0	0	0
(-) Receita a Apropriar	0	0	0
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	161	0	161
(-) Provisão Adicional	28	0	28
(-) Provisão de Perdas	189	0	189
Saldo Contábil Líquido	4.724	0	4.724
Classificação Contábil	Custo Amortizado		

a) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;



Composição de Carteira de Operações de Crédito	4.724
Empréstimos	4.724
Crédito Pessoal	5
Crédito Pessoal - Consignado	4.719

b) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

	30/06/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	4.913
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	4.743
Empréstimos e Direitos Creditórios	4.743
Empréstimos e Direitos Creditórios	4.743
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	170
Empréstimos e Direitos Creditórios	170
Empréstimos e Direitos Creditórios	170

c) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

	30/06/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	4.913
Carteira C4	148
Não Problemáticos	0
De 0 a 14 dias de atraso	0
Problemáticos Inadimplidos	148
Inadimplido – Período igual ou maior que 21 meses	148



Carteira C5

Não Problemáticos

4.743

De 0 a 14 dias de atraso

4.743

Problemáticos Inadimplidos

22

Inadimplido – Período igual ou maior que 1 e menor que 2 meses

1

Inadimplido – Período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses

3

Inadimplido – Período igual ou maior que 5 e menor que 6 meses

1

Inadimplido – Período igual ou maior que 6 e menor que 7 meses

7

Inadimplido – Período igual ou maior que 9 e menor que 10 meses

2

Inadimplido – Período igual ou maior que 10 e menor que 11 meses

7

Inadimplido – Período igual ou maior que 11 e menor que 12 meses

1

7. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de Uso com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a.. A composição e saldo é formada conforme os valores dispostos no quadro abaixo:

	<u>Tx.</u>	<u>30/06/2025</u>
	<u>Deprec.</u>	
Imobilizado		<u>24</u>
Mobiliário	10%	6
Equip. de Processamento de Dados	20%	94
Equipamentos de Comunicação	10%	5
Outros Equipamentos	10%	3
(-) Depreciação Acumulada		-84

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:



	<u>30/06/2025</u>
Outras obrigações	261
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	42
Fiscais e previdenciárias	43
Provisão Para Pagamentos a Efetuar	74
Credores Diversos País	102

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Expresso em Reais

Capital Social

O capital social no final do 1º semestre de 2025 era de R\$ 7.218.180,00 (sete milhões, duzentos e dezoito mil e cento e oitenta reais), dividido em 7.218.180 (sete milhões, duzentos e dezoito mil e cento e oitenta) Ações Ordinárias, todas nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Resultados Oriundos da Adoção Inicial da Resolução CMN 4966/2022

Em decorrência da adoção dos critérios contábeis previstos na Resolução 4966/2022, a instituição apurou reversão de provisões em relação aos critérios anteriores previstos na Resolução 2682/1999. Em decorrência dessa adoção, foi registrado em Lucros Acumulados o montante de R\$ 49.900,02.

Resultado do Período

A Instituição apurou no presente semestre lucro contábil de R\$ 288.578,57.

Reservas de Lucros

A instituição apresentou um total de R\$ 359.309,45 em reservas de lucros acumuladas.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Expresso em Reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.



	01/01 a
DISCRIMINAÇÃO	30/06/2025
Contas de Resultado Credoras	1.900.255,10
Contas de Resultado Devedoras	(1.526.934,45)
Lucro/prejuízo antes dos Ajustes	373.320,65
(+) Adições	86.101,10
(-) Exclusões	(58.849,40)
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	400.572,35
(-) Compensação Prejuízos Exer. Anteriores	(116.036,82)
Lucro/prejuízo Tributário Real	284.535,53
Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	59.133,88
Contribuição Social - 9%	25.608,20

11. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo segue a composição das Receitas de Operações de Crédito:

	01/01 a
	30/06/2025
Receitas de Operações de Crédito	<u>1.752</u>
Rendas de Empréstimos	820
Rendas Operações de Transferência de Ativos Financeiros	932

12. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo segue a composição das Receitas de Operações de Crédito:



01/01 a

30/06/2025

Receita com Operações Títulos e Valores Mobiliários	<u>117</u>
Rendas de Títulos de Renda Fixa	117

13. DESPESA DE PESSOAL

Abaixo segue a composição das Despesas de Pessoal:

01/01 a

30/06/2025

Despesas de Pessoal	<u>240</u>
Benefícios	30
Encargos Sociais	52
Proventos	158

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo segue a composição das Outras Despesas Administrativas:

01/01 a

30/06/2025

Despesas Administrativas	<u>822</u>
Água, energia e gás	6
Aluguéis	47
Comunicações	5
Processamento de dados	236
Despesas do Sistema Financeiro	46



Despesas de Serviços de Terceiros	11
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	456
Outras Despesas Administrativas	15

15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo segue a composição das Despesas Tributárias:

01/01 a
30/06/2025

Despesas Tributárias	<u>107</u>
Tributos e Taxas	20
PIS	12
Cofins	75

16. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os riscos sobre os quais a atividade econômica da Multicred SCD está sujeita são gerenciados pela empresa com base em políticas (devidamente formalizadas), que visam salvaguardar a continuidade da atividade e os interesses dos stakeholders (Acionistas, Colaboradores, Clientes, Governo, Sociedade, Parceiros Comerciais etc.). Destacam-se como riscos inerentes à atividade:

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou



remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade social, ambiental e climática E CLIMÁTICA, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

RISCO DE CAPITAL



Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O componente organizacional da ouvidoria encontra-se com sua formulação concluída e sua estrutura atende as disposições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

17. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme norma vigente. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basiléia Simplificado ficou em 162,73% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no período em R\$ 8.717.415,64.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao período foi autorizada pela Administração da MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 29 de Agosto de 2025.

PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591
Dados: 2025.09.26 17:25:37 -03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de setembro de 2025.

VICENTE
MICHELON:2
6690608034

Assinado de forma digital por
VICENTE
MICHELON:266906
08034

Vicente Michelon
CRCRS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626